

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE SAÚDE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição a ser realizado por meio de emenda parlamentar do Deputado Estadual Danilo Balas, no valor de R\$ 250.000,00, destinada à implantação de dois consultórios oftalmológicos no CAEM

ITEM	Quantidade	Descrição	Medida																																																												
01	02	<p>LÂMPADA DE FENDA OFTALMOLÓGICA COM 3 AUMENTOS E TONÔMETRO DE APLANAÇÃO ACOPLADO</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO DE BANCADA, TIPO MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPICO BINOCULAR, DESTINADO AO EXAME DETALHADO DAS ESTRUTURAS DO SEGMENTO ANTERIOR E POSTERIOR DO OLHO (COM LENTE AUXILIAR), COM ILUMINAÇÃO DE FENDA AJUSTÁVEL E ALTA QUALIDADE ÓPTICA.</p> <p>1.2. DEVE POSSUIR TONÔMETRO DE APLANAÇÃO TIPO GOLDMANN FIXO OU COMPATÍVEL, PERFEITAMENTE ACOPLADO E CALIBRADO AO CORPO DA LÂMPADA DE FENDA, PARA MEDIÇÃO PRECISA DA PRESSÃO INTRAOCULAR (PIO).</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (LÂMPADA DE FENDA)</p> <table><tr><th>ITEM</th><th>CARACTERÍSTICA</th><th>ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</th></tr><tr><td>2.1</td><td>TIPO DE MICROSCÓPIO</td><td>ESTEREOSCÓPICO BINOCULAR (SISTEMA GA</td></tr><tr><td>2.2</td><td>MUDANÇA DE AUMENTO</td><td>TAMBOR ROTATIVO OU ALAVANCA DE 3 PAS</td></tr><tr><td>2.3</td><td>AUMENTOS TOTAIS</td><td>3 AUMENTOS (PADRÕES COMUNS :10X, 16X,</td></tr><tr><td>2.4</td><td>OCULARES</td><td>MÍNIMO 12.5X, TIPO GRANDE ANGULAR</td></tr><tr><td>2.5</td><td>AJUSTE DE DIOPTRIA</td><td>MÍNIMO ±7D</td></tr><tr><td>2.6</td><td>DISTÂNCIA INTERPUPILAR</td><td>AJUSTÁVEL, FAIXA MÍNIMA DE 52MM A 82MM</td></tr><tr><td>2.7</td><td>LARGURA DA FENDA</td><td>AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 0MM A 14M</td></tr><tr><td>2.8</td><td>ALTURA DA FENDA</td><td>AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 1MM A 14M 14MM, 10MM, 5MM, 3MM, 1MM)</td></tr><tr><td>2.9</td><td>ÂNGULO DE ROTAÇÃO DA FENDA</td><td>MÍNIMO DE 0º A 180º</td></tr><tr><td>2.10</td><td>DIÂMETROS DE SPOT (ABERTURAS)</td><td>MÍNIMO DE 4 PONTOS FIXOS (E.G., 14MM, 10M</td></tr><tr><td>2.11</td><td>ILUMINAÇÃO</td><td>LED OU HALÓGENA DE ALTA INTENSIDADE</td></tr><tr><td>2.12</td><td>FILTROS OBRIGATÓRIOS</td><td>AZUL COBALTO, RED-FREE (VERDE) E FILTRO</td></tr><tr><td>2.13</td><td>MOVIMENTAÇÃO DA BASE</td><td>CONTROLE POR JOYSTICK PARA MOVIMENT</td></tr><tr><td>2.14</td><td>PONTO DE FIXAÇÃO</td><td>ILUMINAÇÃO INTERNA PARA AUXÍLIO NO ALI</td></tr><tr><td>2.15</td><td>QUEIXEIRA</td><td>AJUSTÁVEL EM ALTURA, COM SUPORTE DE "</td></tr></table> <p>3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (TONÔMETRO DE APLANAÇÃO)</p> <table><tr><th>ITEM</th><th>CARACTERÍSTICA</th><th>ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</th></tr><tr><td>3.1</td><td>TIPO DE MEDIÇÃO</td><td>APLANAÇÃO (MÉTODO GOLDMANN)</td></tr><tr><td>3.2</td><td>FAIXA DE MEDIÇÃO</td><td>MÍNIMO DE 0MMHG A 80MMHG</td></tr><tr><td>3.3</td><td>PRECISÃO</td><td>ALTA ACURÁCIA, COM DESVIO MÉDIO MÁXIMO DE</td></tr></table>	ITEM	CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	2.1	TIPO DE MICROSCÓPIO	ESTEREOSCÓPICO BINOCULAR (SISTEMA GA	2.2	MUDANÇA DE AUMENTO	TAMBOR ROTATIVO OU ALAVANCA DE 3 PAS	2.3	AUMENTOS TOTAIS	3 AUMENTOS (PADRÕES COMUNS :10X, 16X,	2.4	OCULARES	MÍNIMO 12.5X, TIPO GRANDE ANGULAR	2.5	AJUSTE DE DIOPTRIA	MÍNIMO ±7D	2.6	DISTÂNCIA INTERPUPILAR	AJUSTÁVEL, FAIXA MÍNIMA DE 52MM A 82MM	2.7	LARGURA DA FENDA	AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 0MM A 14M	2.8	ALTURA DA FENDA	AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 1MM A 14M 14MM, 10MM, 5MM, 3MM, 1MM)	2.9	ÂNGULO DE ROTAÇÃO DA FENDA	MÍNIMO DE 0º A 180º	2.10	DIÂMETROS DE SPOT (ABERTURAS)	MÍNIMO DE 4 PONTOS FIXOS (E.G., 14MM, 10M	2.11	ILUMINAÇÃO	LED OU HALÓGENA DE ALTA INTENSIDADE	2.12	FILTROS OBRIGATÓRIOS	AZUL COBALTO, RED-FREE (VERDE) E FILTRO	2.13	MOVIMENTAÇÃO DA BASE	CONTROLE POR JOYSTICK PARA MOVIMENT	2.14	PONTO DE FIXAÇÃO	ILUMINAÇÃO INTERNA PARA AUXÍLIO NO ALI	2.15	QUEIXEIRA	AJUSTÁVEL EM ALTURA, COM SUPORTE DE "	ITEM	CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	3.1	TIPO DE MEDIÇÃO	APLANAÇÃO (MÉTODO GOLDMANN)	3.2	FAIXA DE MEDIÇÃO	MÍNIMO DE 0MMHG A 80MMHG	3.3	PRECISÃO	ALTA ACURÁCIA, COM DESVIO MÉDIO MÁXIMO DE	Un.
ITEM	CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA																																																													
2.1	TIPO DE MICROSCÓPIO	ESTEREOSCÓPICO BINOCULAR (SISTEMA GA																																																													
2.2	MUDANÇA DE AUMENTO	TAMBOR ROTATIVO OU ALAVANCA DE 3 PAS																																																													
2.3	AUMENTOS TOTAIS	3 AUMENTOS (PADRÕES COMUNS :10X, 16X,																																																													
2.4	OCULARES	MÍNIMO 12.5X, TIPO GRANDE ANGULAR																																																													
2.5	AJUSTE DE DIOPTRIA	MÍNIMO ±7D																																																													
2.6	DISTÂNCIA INTERPUPILAR	AJUSTÁVEL, FAIXA MÍNIMA DE 52MM A 82MM																																																													
2.7	LARGURA DA FENDA	AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 0MM A 14M																																																													
2.8	ALTURA DA FENDA	AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE DE 1MM A 14M 14MM, 10MM, 5MM, 3MM, 1MM)																																																													
2.9	ÂNGULO DE ROTAÇÃO DA FENDA	MÍNIMO DE 0º A 180º																																																													
2.10	DIÂMETROS DE SPOT (ABERTURAS)	MÍNIMO DE 4 PONTOS FIXOS (E.G., 14MM, 10M																																																													
2.11	ILUMINAÇÃO	LED OU HALÓGENA DE ALTA INTENSIDADE																																																													
2.12	FILTROS OBRIGATÓRIOS	AZUL COBALTO, RED-FREE (VERDE) E FILTRO																																																													
2.13	MOVIMENTAÇÃO DA BASE	CONTROLE POR JOYSTICK PARA MOVIMENT																																																													
2.14	PONTO DE FIXAÇÃO	ILUMINAÇÃO INTERNA PARA AUXÍLIO NO ALI																																																													
2.15	QUEIXEIRA	AJUSTÁVEL EM ALTURA, COM SUPORTE DE "																																																													
ITEM	CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA																																																													
3.1	TIPO DE MEDIÇÃO	APLANAÇÃO (MÉTODO GOLDMANN)																																																													
3.2	FAIXA DE MEDIÇÃO	MÍNIMO DE 0MMHG A 80MMHG																																																													
3.3	PRECISÃO	ALTA ACURÁCIA, COM DESVIO MÉDIO MÁXIMO DE																																																													

		<p>±0.5MMHG</p> <p>3.4 ACOPLAMENTO FIXO/MONTADO NO CORPO DA LÂMPADA DE FENDA OU POR SISTEMA DE ACOPLAGEM DEDICADO</p> <p>3.5 ACESSÓRIOS ACOMPANHAR PELO MENOS 01 (UM) PRISMA DE MEDIÇÃO (ESTERILIZÁVEL) E 01 (UM) GABARITO/HASTE PARA CALIBRAÇÃO.</p> <p>4. REQUISITOS E OBRIGAÇÕES MANDATÓRIAS</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO (LÂMPADA DE FENDA E TONÔMETRO, SE VENDIDOS SEPARADAMENTE) DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE NO ATO DA HABILITAÇÃO. 4.2. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V/220V) OU MANUAL COM SELETOR. 4.3. MANUAIS: O EQUIPAMENTO DEVE SER ENTREGUE COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E DE SERVIÇO (SE APLICÁVEL) EM LÍNGUA PORTUGUESA. 4.4. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO E ACEITAS DEFINITIVO. 4.5. TREINAMENTO: A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA A EQUIPE DESIGNADA PELO CONTRATANTE. 4.6. ACESSÓRIOS INCLUSOS: DEVEM SER FORNECIDOS: 01 (UM) CORPO DE LÂMPADA DE FENDA COM 3 AUMENTOS, 01 (UM) TONÔMETRO DE APLANAÇÃO ACOPLADO/COMPATÍVEL, 01 (UM) PRISMA DE MEDIÇÃO, 01 (UM) GABARITO DE CALIBRAÇÃO, 01 (UMA) CAPA PROTETORA.</p> <p>5. ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS (PONTUAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO)</p> <p>5.1. ILUMINAÇÃO: TECNOLOGIA LED DE ALTA LONGEVIDADE. 5.2. FILTROS: INCLUSÃO DE FILTRO CINZA (DENSIDADE NEUTRA). 5.3. ERGONOMIA: APOIO DE CABEÇA E QUEIXEIRA ANATÔMICOS COM DESIGN MODERNO. 5.4. OPCIONAIS: COMPATIBILIDADE PARA FUTURA INTEGRAÇÃO COM SISTEMA DE CAPTURA DE IMAGEM/VÍDEO (CÂMERA DIGITAL).</p>	
02	02	<p>OBJETO: OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO (OBI) TIPO CAPACETE</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO BINOCULAR INDIRETO (OBI), TIPO CAPACETE, PORTÁTIL, PROJETADO PARA EXAME DETALHADO DO FUNDO DO OLHO (RETINA), CRISTALINO E SEGMENTO ANTERIOR, PROPORCIONANDO VISÃO ESTEREOSCÓPICA E AMPLIADA (BINOCULAR).</p> <p>1.2. O SISTEMA ÓPTICO DEVE SER ACOPLADO A UM CAPACETE OU ARMAÇÃO LEVE E AJUSTÁVEL PARA O EXAMINADOR, GARANTINDO CONFORTO EM USO PROLONGADO.</p> <p>1.3. ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE BATERIA RECARREGÁVEL, GARANTINDO A PORTABILIDADE E A AUTONOMIA DO EQUIPAMENTO.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>3. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO) O FORNECIMENTO DEVE INCLUIR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE ITENS, NECESSÁRIOS AO USO IMEDIATO E À MANUTENÇÃO BÁSICA DO EQUIPAMENTO:</p> <p>3.1. OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO (OBI) COMPLETO, TIPO CAPACETE, COM SISTEMA ÓPTICO.</p> <p>3.2. 01 (UM) CONJUNTO DE BATERIAS RECARREGÁVEIS (OU UMA BATERIA, SE FOR INTEGRADA).</p> <p>3.3. 01 (UM) CARREGADOR DE PAREDE/MESA (OU CABO DE CARREGAMENTO, SE TIPO C).</p> <p>3.4. 01 (UMA) MALETA OU ESTOJO RÍGIDO PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.</p> <p>3.5. 01 (UMA) LENTE ASFÉRICA CONDENSADORA DE 20 DIOPTRIAS (20D), DE ALTA QUALIDADE, PARA FUNDOSCOPIA.</p> <p>3.6. 01 (UM) MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE NO ATO DA HABILITAÇÃO.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE</p>	Un.

		<p>FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO E ACEITE DEFINITIVO.</p> <p>4.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: APRESENTAR COMPROVANTE DE QUE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA OU REDE DE ASSISTÊNCIA CREDENCIADA NO BRASIL, APTA A REALIZAR MANUTENÇÕES E CALIBRAÇÕES.</p> <p>4.4. TREINAMENTO: A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA A EQUIPE DESIGNADA PELO CONTRATANTE NO LOCAL DE ENTREGA.</p> <p>5. ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS (CRITÉRIO DE JULGAMENTO/PONTUAÇÃO)</p> <p>5.1. BATERIA REMOVÍVEL (POSSIBILIDADE DE TROCA RÁPIDA).</p> <p>5.2. SISTEMA "SOFTTILT" OU REBATÍVEL PARA A ÓPTICA, PERMITINDO CONTATO VISUAL DIRETO COM O PACIENTE SEM REMOVER O CAPACETE.</p> <p>5.3. OPÇÃO DE FILTRO AMARELO (ÂMBAR) ADICIONAL.</p> <p>5.4. PESO TOTAL (CAPACETE + ÓPTICA) INFERIOR A 450G.</p> <p>5.5. COMPATIBILIDADE OU ESPELHO DE ENSINO (CARONA) PARA OBSERVAÇÃO POR UM SEGUNDO EXAMINADOR.</p>	263
03	02	<p>OBJETO: PROJETOR AUTOMÁTICO DE OPTÓTIPOS (ACUIDADE VISUAL)</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO TIPO PROJETOR, AUTOMÁTICO E MICROPROCESSADO, DESTINADO À PROJEÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS (OPTÓTIPOS) PARA O TESTE DE ACUIDADE VISUAL, REFRAÇÃO SUBJETIVA E OUTROS TESTES DIAGNÓSTICOS.</p> <p>1.2. O PROJETOR DEVE SER ACOMPANHADO DE UM CONTROLE REMOTO PARA SELEÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TODOS OS GRÁFICOS E TESTES, INCLUINDO MÁSCARAS, LINHAS E ISOLAMENTO DE CARACTERES.</p> <p>1.3. DEVE POSSUIR RECURSO DE ECONOMIA DE ENERGIA, COMO DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS UM PERÍODO DE INATIVIDADE.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>3. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO)</p> <p>3.1. 01 (UM) CONTROLE REMOTO SEM FIO (INFRAVERMELHO OU RF) COM PILHAS.</p> <p>3.2. 01 (UMA) TELA DE PROJEÇÃO (TELA METÁLICA ESPELHADA OU TELA BRANCA, LISA E DE ALTA REFLETIVIDADE), COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO E COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO (PAREDE/PEDESTAL). OBS.: SE FOR SISTEMA DIGITAL (LCD CHART), A TELA LCD/LED DEVE ESTAR INCLUSA.</p> <p>3.3. 01 (UM) CABO DE FORÇA COMPATÍVEL COM A TOMADA LOCAL.</p> <p>3.4. 01 (UM) MANUAL DE OPERAÇÃO E INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>3.5. SUPORTE DE FIXAÇÃO (MESA OU PAREDE) AJUSTÁVEL, PARA ALINHAMENTO HORIZONTAL (+/- 10°).</p> <p>3.6. LÂMPADA DE LED OU HALÓGENA RESERVA (SE FOR PROJETOR DE DISCO/SLIDES).</p> <p>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO (PROJETOR DE OPTÓTIPOS) DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE NO ATO DA HABILITAÇÃO.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO E ACEITE DEFINITIVO.</p> <p>4.3. TREINAMENTO: A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA A EQUIPE DESIGNADA PELO CONTRATANTE NO LOCAL DE ENTREGA.</p> <p>4.4. INSTALAÇÃO: A EMPRESA DEVERÁ PROVER A INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO FINAL DO EQUIPAMENTO, DE ACORDO COM A DISTÂNCIA DE REFRAÇÃO DO CONSULTÓRIO A SER DETERMINADO PELO CONTRATANTE.</p> <p>5. ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS (PONTUAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO)</p> <p>5.1. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO TOTALMENTE EM LED (SEM NECESSIDADE DE TROCA DE LÂMPADAS).</p>	

		<p>5.2. INCLUSÃO DE TESTES DE SENSIBILIDADE AO CONTRASTE E/OU ISHIHARA.</p> <p>5.3. POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO FUTURA COM REFRATOR AUTOMÁTICO (COMUNICAÇÃO RS-232 OU SIMILAR).</p> <p>5.4. ÂNGULO DE INCLINAÇÃO VERTICAL (TILT) AJUSTÁVEL.</p>	
04	02	<p>OBJETO: MESA ELÉTRICA CENTRAL PARA EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>EQUIPAMENTO TIPO MESA AUXILIAR OU DE APOIO, COM SISTEMA DE ELEVAÇÃO ELÉTRICA (AUTOMATIZADO), DESTINADO A ACOMODAR EQUIPAMENTOS OFTALMOLÓGICOS DE BANCADA (COMO LÂMPADAS DE FENDA, AUTOREFRATORES, TONÔMETROS DE SOPRO, ETC.).</p> <p>1.2. DEVE POSSUIR ESTRUTURA ROBUSTA E ESTÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A PRECISÃO DOS EQUIPAMENTOS DURANTE O USO. O ACIONAMENTO DA ELEVAÇÃO E DESCIDA DEVE SER SUAVE E SILENCIOSO, POR MEIO DE UM SISTEMA ELETROMECÂNICO (MOTORREDUTOR ISENTO DE ÓLEO) CONTROLADO POR BOTOEIRA OU PAINEL.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO)</p> <p>MESA ELÉTRICA COMPLETA, COM TAMPO E SISTEMA DE ELEVAÇÃO.</p> <p>CABO DE FORÇA PARA CONEXÃO À REDE ELÉTRICA.</p> <p>MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO (MESA ELÉTRICA) DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), OU, CASO APLICÁVEL, CERTIFICADO DE ISENÇÃO DE REGISTRO, DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE NO ATO DA HABILITAÇÃO.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO E ACEITE DEFINITIVO.</p> <p>CONFORMIDADE: O EQUIPAMENTO DEVE SER CLASSIFICADO, NO MÍNIMO, COMO EQUIPAMENTO ELETROMÉDICO DE CLASSE I (NBR IEC 60601-1).</p> <p>ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS (PONTUAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO)</p> <p>PRESENÇA DE GAVETA OU COMPARTIMENTO AUXILIAR PARA ARMAZENAMENTO DE PEQUENOS INSTRUMENTOS.</p> <p>RODÍZIOS (RODAS) COM TRAVAS PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO E POSTERIOR FIXAÇÃO.</p> <p>ACIONAMENTO DA ELEVAÇÃO POR CONTROLE DE PEDAL (PEDAL DE COMANDO).</p> <p>PRESENÇA DE, NO MÍNIMO, 02 (DUAS) TOMADAS AUXILIARES.</p> <p>DESIGN QUE MINIMIZE O RISCO DE TROPEÇAR EM CABOS (SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CABOS).</p>	
05	02	<p>OBJETO: UNIDADE DE REFRAÇÃO OFTALMOLÓGICA (CADEIRA E COLUNA)</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>CONJUNTO COMPOSTO POR CADEIRA OFTALMOLÓGICA PARA O PACIENTE E COLUNA PANTOGRÁFICA PARA APOIO DOS INSTRUMENTOS, FORMANDO UMA UNIDADE DE REFRAÇÃO FUNCIONAL. A UNIDADE DEVE SER ROBUSTA, ESTÁVEL E ERGONÔMICA, PROJETADA PARA CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS OFTALMOLÓGICAS. O DESIGN DEVE SER MODERNO E FUNCIONAL, COM ACABAMENTO DE FÁCIL ASSEPSIA.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (CADEIRA OFTALMOLÓGICA)</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (COLUNA/MESA)</p> <p>ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS</p> <p>(UM) CONJUNTO COMPLETO DE CADEIRA E COLUNA OFTALMOLÓGICA.</p> <p>01 (UM) SUPORTE PARA PROJETO DE OPTÓTIPOS (SEJA ELE EMBUTIDO OU ADAPTÁVEL À COLUNA/PAREDE).</p> <p>(UM) CABO DE FORÇA.</p> <p>(UM) MANUAL DE OPERAÇÃO E INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p>	

		<p>SISTEMA DE TRAVAMENTO PARA O BRAÇO PRINCIPAL.</p> <p>REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO (UNIDADE DE REFRAÇÃO) DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE NO ATO DA HABILITAÇÃO.</p> <p>GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO E ACEITE DEFINITIVO.</p> <p>INSTALAÇÃO: A EMPRESA DEVERÁ PROVER A INSTALAÇÃO, MONTAGEM E CALIBRAÇÃO FINAL DA UNIDADE DE REFRAÇÃO NO LOCAL DE DESTINO.</p> <p>TREINAMENTO: A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA A EQUIPE DESIGNADA.</p>	264
06	02	<p>OBJETO: RETINOSCÓPIO PORTÁTIL</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. INSTRUMENTO ÓPTICO PORTÁTIL, DESTINADO À DETERMINAÇÃO OBJETIVA DA REFRAÇÃO OCULAR (RETINOSCOPIA).</p> <p>1.2. DEVE SER DE FÁCIL MANUSEIO, LEVE E ERGONÔMICO, PERMITINDO A OPERAÇÃO COM UMA SÓ MÃO PARA AJUSTES DE FOCO E ROTAÇÃO.</p> <p>1.3. O EQUIPAMENTO DEVE SER ADEQUADO PARA USO EM ADULTOS E CRIANÇAS, INCLUSIVE PARA EXAMES COM PUPILAS PEQUENAS.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>3. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO)</p> <p>3.1. 01 (UM) RETINOSCÓPIO (CABEÇOTE COMPLETO).</p> <p>3.2. 01 (UM) CABO RECARREGÁVEL COM BATERIA DE ÍON-LÍTIO (OU SIMILAR DE LONGA DURAÇÃO).</p> <p>3.3. 01 (UM) CARREGADOR DE MESA OU DE PAREDE, COMPATÍVEL COM AS VOLTAGENS 110V/220V (BIVOLT OU COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA).</p> <p>3.4. 01 (UM) CONJUNTO DE CARTÕES DE FIXAÇÃO PARA RETINOSCOPIA DINÂMICA (PARA EXAME EM CRIANÇAS E PACIENTES DE DIFÍCIL FIXAÇÃO).</p> <p>3.5. 01 (UM) ESTOJO RÍGIDO (MALETA) PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO SEGURO DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS.</p> <p>3.6. MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), OU, CASO APLICÁVEL, CERTIFICADO DE ISENÇÃO DE REGISTRO, DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA.</p> <p>4.3. COMPATIBILIDADE: O CABO RECARREGÁVEL DEVE SER COMPATÍVEL (ACOPLÁVEL) COM O CABEÇOTE DO RETINOSCÓPIO OFERTADO, E O CARREGADOR DEVE SER COMPATÍVEL COM O CABO.</p> <p>4.4. O EQUIPAMENTO DEVE SER FORNECIDO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.</p>	
07	02	<p>OBJETO: REFRATOR MANUAL BINOCULAR (FORÓPTERO DE GREENS)</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. INSTRUMENTO ÓPTICO BINOCULAR E MANUAL (OU SINCRONIZADO), DESTINADO À MEDIÇÃO DA REFRAÇÃO SUBJETIVA DO PACIENTE (DETERMINAÇÃO DO GRAU PARA ÓCULOS), MONTADO EM UMA UNIDADE DE REFRAÇÃO (COLUNA).</p> <p>1.2. DEVE POSSUIR MECANISMOS SINCRONIZADOS E SELADOS PARA GARANTIR A PRECISÃO E A LONGEVIDADE, PROTEGENDO AS ÓPTICAS CONTRA POEIRA E CÍLIOS.</p> <p>1.3. CONSTRUÇÃO ROBUSTA, COM ENGRENAGENS INTERNAS PREFERENCIALMENTE METÁLICAS E LENTES DE CRISTAL (K9 OU SIMILAR) DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>3. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO)</p> <p>3.1. 01 (UM) REFRATOR DE GREENS (FORÓPTERO) COMPLETO.</p> <p>3.2. 01 (UM) PAR DE LENTES CILÍNDRICAS AUXILIARES 2,00D (OU 2,00D</p>	

		<p>EM DISCOS AUXILIARES).</p> <p>3.3. 01 (UM) PAR DE LENTES ESFÉRICAS AUXILIARES + - 0,12D (OU 0,125D).</p> <p>3.4. 01 (UM) CARTÃO DE LEITURA PARA PERTO, COM SUPORTE E HASTE PARA FIXAÇÃO (PARA EXAMES DE VISÃO PRÓXIMA).</p> <p>3.5. 01 (UMA) CAPA PROTETORA CONTRA POEIRA.</p> <p>3.6. MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO (REFRATOR DE GREENS) DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL.</p> <p>4.3. INSTALAÇÃO: O EQUIPAMENTO DEVE SER COMPATÍVEL E FORNECIDO COM OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA MONTAGEM NA COLUNA OFTALMOLÓGICA (UNIDADE DE REFRAÇÃO) A SER ADQUIRIDA OU JÁ EXISTENTE.</p> <p>4.4. O EQUIPAMENTO DEVE SER FORNECIDO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.</p>	
08	01	<p>OBJETO: AUTO REFRATOR E CERATÔMETRO DIGITAL COMPUTADORIZADO</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO DIGITAL E MICROPROCESSADO, UTILIZADO PARA MEDIÇÃO AUTOMÁTICA E OBJETIVA DA REFRAÇÃO (GRAU) E DA CURVATURA DA CÔRNEA (CERATOMETRIA).</p> <p>1.2. DEVE SER DE BANCADA, COM DESIGN ERGONÔMICO, APOIO DE TESTA E DE QUEIXO AJUSTÁVEIS.</p> <p>1.3. O EQUIPAMENTO DEVE SER CAPAZ DE REALIZAR MEDIÇÕES EM PACIENTES COM PUPILAS DE DIÂMETRO MÍNIMO REDUZIDO.</p> <p>1.4. MODOS DE MEDIÇÃO: DEVE INCLUIR MINIMAMENTE OS MODOS:</p> <p>* R/K (OU K/R): REFRAÇÃO E CERATOMETRIA CONTÍNUAS OU SIMULTÂNEAS.</p> <p>* REF: APENAS REFRAÇÃO.</p> <p>* KER: APENAS CERATOMETRIA.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>A. REFRACTOMETRIA (MEDIÇÃO DO GRAU)</p> <p>B. CERATOMETRIA (MEDIÇÃO DA CÔRNEA)</p> <p>C. FUNÇÕES E RECURSOS ADICIONAIS</p> <p>3. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS (ITENS DE FORNECIMENTO)</p> <p>3.1. 01 (UM) APARELHO AUTO REFRATOR COM CERATÔMETRO COMPLETO.</p> <p>3.2. 01 (UM) OLHO DE CALIBRAGEM (MODELO DE OLHO) PARA AFERIÇÃO E CALIBRAÇÃO DO EQUIPAMENTO.</p> <p>3.3. 01 (UM) ROLO DE PAPEL TÉRMICO EXTRA (ALÉM DO QUE ESTIVER INSTALADO).</p> <p>3.4. 01 (UMA) CAPA PROTETORA CONTRA POEIRA.</p> <p>3.5. MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E GARANTIA</p> <p>4.1. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), DEVENDO O LICITANTE APRESENTAR O COMPROVANTE.</p> <p>4.2. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL.</p> <p>4.3. O EQUIPAMENTO DEVE SER FORNECIDO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.</p> <p>4.4. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVE SER GARANTIDA PELO PERÍODO DE GARANTIA, COM INDICAÇÃO DO LOCAL DA ASSISTÊNCIA OU REDE CREDENCIADA NO BRASIL.</p>	
09	02	<p>OBJETO: LENSÔMETRO AUTOMÁTICO (DIGITAL COMPUTADORIZADO)</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>1.1. INSTRUMENTO DIGITAL E AUTOMÁTICO, PROJETADO PARA MEDIR COM PRECISÃO E RAPIDEZ AS POTÊNCIAS ESFÉRICA, CILÍNDRICA,</p>	

	<p>EIXO, ADIÇÃO E PRISMA DE DIVERSOS TIPOS DE LENTES.</p> <p>1.2. DEVE SER ADEQUADO PARA MEDIÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE LENTES, INCLUINDO VISÃO SIMPLES, BIFOCAIS, MULTIFOCAIS/PROGRESSIVAS, LENTES DE ALTO ÍNDICE E LENTES DE CONTATO.</p> <p>1.3. TECNOLOGIA DE MEDIÇÃO BASEADA NO PRINCÍPIO HARTMANN SENSOR (OU SIMILAR COM ALTA DENSIDADE DE PONTOS DE MEDIÇÃO, MÍNIMO DE 100 PONTOS).</p> <p>1.4. LUZ DE MEDIÇÃO PREFERENCIALMENTE NA COR VERDE (PRÓXIMO AO PADRÃO ISO DE \$546\text{nm}\$) PARA MAIOR PRECISÃO EM TODOS OS MATERIAIS DE LENTES E VALORES ABBE.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>A. FUNÇÕES DE MEDIÇÃO</p> <p>B. RECURSOS E ACESSÓRIOS INTEGRADOS</p> <p>3. ITENS DE FORNECIMENTO E GARANTIA</p> <p>3.1. 01 (UM) LENSÔMETRO AUTOMÁTICO DIGITAL COMPLETO.</p> <p>3.2. 01 (UM) PINO DE CALIBRAÇÃO PARA AFERIÇÃO DO ZERO.</p> <p>3.3. 01 (UM) SUPORTE PARA LENTES DE CONTATO.</p> <p>3.4. 01 (UM) ROLO DE PAPEL TÉRMICO EXTRA (ALÉM DO QUE ESTIVER INSTALADO).</p> <p>3.5. 01 (UMA) CAPA PROTETORA CONTRA POEIRA.</p> <p>3.6. MANUAL DE INSTRUÇÕES E OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA.</p> <p>3.7. REGISTRO NA ANVISA: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR REGISTRO ATIVO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA).</p> <p>3.8. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAL.</p> <p>3.9. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100V A 240V, 50/60HZ).</p>	265
--	--	-----

2. JUSTIFICATIVA DO OBJETO

A aquisição se faz necessária para a modernização e aperfeiçoamentos dos atendimentos oftálmicos no município a fim de agilizar os atendimentos.

Os itens solicitados são de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento, incluindo a entrega, instalação, montagem e realização de testes operacionais dos equipamentos.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no Centro de Atendimento de Especialidades Médicas (CAEM) sito Rua Nelson Ferreira nº83- Jardim Jose Ometto II Araras – SP Cep: 13606-390, Horário de recebimento das entregas: das 7:30 às 15:30. Para maiores dúvidas entrar em contato. E-mail: naessaude@araras.sp.gov.br.

A instalação, montagem, configuração, calibração e testes de funcionamento dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada, quando aplicável, devendo ocorrer no local de entrega, sem ônus adicional.

Os equipamentos deverão ser entregues e instalados em pleno funcionamento, aptos para uso imediato pela equipe técnica.

A contratada deverá garantir assistência técnica durante o período de garantia, com atendimento no território nacional.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar um representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5. Preposto

A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6. Fiscalização do contrato

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme ordena o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 7.201/2023;

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos moldes do inciso XVII de Art. 20 do Decreto Municipal nº 7.201/2023;

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

O fiscal do contrato atuará em conformidade com os preceitos estabelecidos no Art. 20, incisos I ao XXV do Decreto Municipal nº 7.201/2023, no que for aplicável ao objeto em questão.

Indicação do fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nome: Roselaine Aparecida dos Santos Silva

Cargo: Enfermeira

RG: 23.990.888-0

CPF: 246.704.788-18

Gestor do contrato

Além das atribuições elencadas a seguir também cabe, se for o caso, ao gestor do contrato exercer todas as atribuições estabelecidas no Art. 19 do Decreto Municipal nº 7.201/2023;

Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual;

Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;

Manter o controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;

Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues e/ou serviços prestados;

Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;

Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

Decidir provisoriamente, de forma, motivada, sobre eventual suspensão da execução contratual, elaborando o **Termo de Suspensão**;

Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;

Aplicar a sanção de advertência prevista no inciso I do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas de disciplinam a execução da despesa pública, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso;

Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e na ausência de fiscal administrativo do contrato, e encaminhar ao setor responsável;

Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão dos termos no contrato.

Indicação do gestor pela Secretaria Municipal de Saúde

Nome: Ieda Rosana Beretta Mussarelli

Cargo: Chefe de Departamento

RG: 11363321-x

CPF: 086.388.528-43

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 25 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, condicionado à verificação do pleno funcionamento, instalação adequada, calibração e treinamento da equipe.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

A contratação será realizada por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, conforme disposto no art. 33, inciso I, da referida Lei, sendo selecionada a proposta mais vantajosa que atenda às especificações do objeto.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line no Portal Nota Fiscal Eletrônica no site da Receita Federal, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao site da Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto aos órgãos Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos Receita Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal da sede da origem da empresa.

9. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

10. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de

documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por item.

13. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será imediato.

Todas as despesas com transporte, seguro, carga, descarga e instalação serão por conta da contratada.

14. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante pertinente ao ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante apresentação de certidão pelo órgão competente, que terá validade de 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinado por lei no próprio documento.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

18. Qualificação Técnica

Apresentar Licença da Vigilância Sanitária e Autorização de Funcionamento (AFE) junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em plena validade;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regulamente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando ter o licitante fornecido bens com características semelhantes ao objeto licitado.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia;
- d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléia geral ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

Araras, 04 de Maio de 2026.



Secretário da Saúde

Romildo Benedito Borelli
Secretário Municipal
Saúde